



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

# **PROJETO DE LEI N.º 9.301, DE 2017**

**(Do Sr. Capitão Augusto)**

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.

**DESPACHO:**

APENSE-SE AO PL-7105/2014.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.

**Art. 2º** O Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

“Legítima defesa presumida

Art. 25–A. Considera-se em legítima defesa presumida quem, vislumbrando, de forma razoável, injusta agressão iminente a direito seu ou de outrem, a repele valendo-se dos meios necessários.” (NR).

**Art. 3º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICATIVA**

As hipóteses de legítima defesa atualmente previstas no Código Penal não abarcam situação relevante que necessita, com urgência, ser positivada: trata-se da legítima defesa presumida.

Tal hipótese se refere ao caso em que o agente se vê diante de agressão iminente, evidenciada de forma presumida pelas circunstâncias fáticas, e precisa valer-se dos meios necessários a fim de evitar a ocorrência da injusta agressão a direito seu ou de outrem.

Exemplo citado no meio jurídico é o do agente que mata um ladrão surpreendido em sua casa, diante do presumido receio de injusta agressão iminente.

Ora, se a pessoa se depara com alguém armado na sua casa, é razoável que seja conferido a ela o direito de agir imediatamente para evitar a agressão, porque presume-se que o meliante que invadiu a casa está lá para praticar crimes.

Até mesmo nas favelas, em que os criminosos usam armas de longo alcance para atirar em policiais e demais cidadãos, é necessário que seja conferido ao cidadão de bem o direito de, verificando um bandido armado a postos, atirar nele para evitar a injusta agressão, porque presume-se o risco à vida de todos da comunidade.

Dessa forma, vislumbrando que a alteração proposta promove o devido aprimoramento da legislação, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 2017.

**CAPITÃO AUGUSTO  
DEPUTADO FEDERAL  
PR-SP**

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
Seção de Legislação Citada - SELEC

**DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940**

Código Penal.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte lei:

**PARTE GERAL**

**TÍTULO II  
DO CRIME**

**Legítima defesa**

Art. 25. Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem. ([Artigo com redação dada pela Lei nº 7.209, de 11/7/1984](#)).

**TÍTULO III  
DA IMPUTABILIDADE PENAL**

**Inimputáveis**

Art. 26. É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

**Redução de pena**

Parágrafo único. A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. ([Artigo com redação dada pela Lei nº 7.209, de 11/7/1984](#))

**FIM DO DOCUMENTO**